

IMPOSTO DE RENDA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Brunno Almeida¹, Breno Soares Alves², Eduardo dos Santos Dias Mendes³,
Phedro Cloque Diogo⁴, João Cleber de Souza Lopes⁵

¹Graduando em Ciências Contábeis, Urcamp - Universidade da Região da Campanha;

²Graduando em Ciências Contábeis, Urcamp - Universidade da Região da Campanha;

³Graduando em Administração, Urcamp - Universidade da Região da Campanha; ⁴Graduando em Administração, Urcamp - Universidade da Região da Campanha; ⁵Prof. João Cleber de Souza Lopes, Mestre em Ciências Contábeis.

44

Resumo: O presente estudo aborda a relação entre educação financeira e o cumprimento das obrigações fiscais, com ênfase no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A pesquisa teve como objetivo compreender como o conhecimento tributário e a alfabetização financeira podem contribuir para a organização das finanças pessoais e para o exercício da cidadania fiscal no Brasil. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica sobre o papel do IR no sistema tributário, a Regra-Matriz de Incidência Tributária e experiências de implementação da educação financeira no Brasil e no mundo. A investigação empírica consistiu na aplicação de um questionário digital a estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação, totalizando 33 participantes, representando aproximadamente 25% da população-alvo. Os resultados indicaram que, embora grande parte dos respondentes esteja inserida no mercado de trabalho, a maioria não declara o IRPF e apresenta conhecimento limitado sobre educação financeira e obrigações fiscais. As principais dificuldades relatadas relacionam-se à complexidade do sistema tributário e à carência de informações acessíveis. Conclui-se que a inserção estruturada da educação financeira no ensino superior e em níveis básicos é essencial para a formação de cidadãos autônomos, críticos e preparados para lidar com desafios econômicos e tributários da vida adulta.

Palavras-chave: Educação Financeira; Imposto de Renda; Gestão Pessoal; Cidadania Fiscal.

INTRODUÇÃO

A educação financeira consolidou-se como elemento indispensável para a promoção da consciência econômica e da organização das finanças pessoais em sociedades contemporâneas. No Brasil, observa-se um cenário marcado pelo endividamento das famílias e pela baixa compreensão de temas como orçamento, planejamento e tributação, o que compromete a autonomia individual e a inclusão social (SILVEIRA; LOPES, 2022).

Nesse contexto, o Imposto de Renda representa não apenas instrumento de arrecadação e redistribuição de renda, mas também uma oportunidade de conscientização e organização financeira do cidadão. Conforme Santos et al. (2025), o correto preenchimento da declaração permite acesso a benefícios

legais, deduções e restituições, ao mesmo tempo em que fortalece a cidadania fiscal. Contudo, a complexidade do sistema tributário dificulta a participação plena dos contribuintes, sobretudo daqueles sem preparo técnico.

A Regra-Matriz de Incidência Tributária (CARVALHO apud GAMA, 2023) fornece a base jurídica para compreender a incidência dos tributos, sendo essencial para o entendimento da obrigação fiscal. A ausência desse conhecimento, aliada à falta de educação financeira desde os níveis básicos de ensino, resulta em lacunas significativas na preparação dos indivíduos para lidar com suas responsabilidades econômicas (SANTOS, 2023).

Diante disso, este estudo busca responder à questão-problema: como a educação financeira e o conhecimento tributário podem contribuir para a organização financeira pessoal e o exercício da cidadania fiscal no Brasil?. A relevância da temática justifica-se pela necessidade de integrar práticas pedagógicas que promovam autonomia econômica e conscientização fiscal, fundamentais para o desenvolvimento social e a justiça tributária.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem exploratória e descritiva, articulando revisão bibliográfica e investigação empírica. Inicialmente, utilizou-se a plataforma SOUi para definição do desafio, alinhado aos componentes curriculares do Módulo III dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Afundamentação teórica foi construída a partir de autores que abordam Impostode Renda (MORATTO, 2023; SANTOS et al., 2025), a Regra-Matriz de Incidência Tributária (CARVALHO apud GAMA, 2023), a Educação Financeira no Brasil e no mundo (SANTOS, 2023; HARTMANN et al., 2021) e sua relação com o cumprimento das obrigações fiscais (SANTOS et al., 2022).

Na etapa empírica, elaborou-se um questionário digital por meio do Google Forms, contendo 14 questões de múltipla escolha e uma aberta. Os blocos temáticos abordaram perfil sociodemográfico, orçamento pessoal, planejamento financeiro, conhecimento sobre o IRPF e percepção da função social dos tributos (URCAMP, 2025). O instrumento foi divulgado entre

estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação, totalizando 33 respondentes de uma população de 132 discentes.

O tratamento dos dados foi quantitativo e qualitativo, permitindo identificar padrões de conhecimento e práticas financeiras, bem como percepções e dificuldades relacionadas ao IRPF. A análise baseou-se na interpretação dos resultados à luz da literatura revisada, estabelecendo conexões entre teoria e prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta predominantemente por jovens entre 18 e 27 anos, solteiros e em situação de estudo e trabalho concomitante. Observou-se diversidade quanto à renda familiar, variando de até três salários mínimos a rendas superiores a cinco salários mínimos, refletindo realidades socioeconômicas distintas.

Em relação ao IRPF, a maioria dos respondentes (66,7%) não realiza a declaração, seja por falta de obrigatoriedade ou desconhecimento. Entre os que declararam, destacaram-se como dificuldades a complexidade do sistema (18,2%), a falta de informações acessíveis (27,3%) e a percepção de burocracia (45%). Esses resultados corroboram a literatura que aponta a burocracia e a ausência de preparo técnico como entraves ao cumprimento das obrigações fiscais (SANTOS et al., 2022).

Quanto à educação financeira, a maior parte dos estudantes reconhece sua importância, mas apresenta domínio limitado de ferramentas básicas de planejamento, como orçamento e balanço patrimonial. Tal discrepância confirma os achados de Silveira e Lopes (2022), segundo os quais a aplicação de conceitos contábeis é reconhecida como relevante, mas pouco utilizada na prática pessoal.

Os dados sugerem que a formação universitária ainda não supre lacunas relacionadas à autonomia financeira e tributária. A implementação de conteúdos específicos, como oficinas e cartilhas educativas, apresenta-se como



estratégia eficaz para superar as dificuldades identificadas, em consonância com recomendações da OCDE (2015 apud SANTOS, 2023).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a relevância da educação financeira e do conhecimento tributário para o fortalecimento da cidadania fiscal no Brasil. Os resultados demonstraram que, embora os estudantes reconheçam importância do tema, há carência significativa de práticas e conhecimentos aplicados, especialmente no que tange ao preenchimento da declaração do IRPF.

Verificou-se que a complexidade do sistema e a falta de informações claras constituem barreiras ao cumprimento das obrigações fiscais, mesmo entre alunos de áreas correlatas à contabilidade e administração. Dessa forma, o estudo atingiu seus objetivos ao apontar lacunas de conhecimento e sugerir ações educativas voltadas à autonomia financeira e tributária.

Conclui-se que a inserção estruturada da educação financeira e fiscal no ambiente acadêmico é essencial para a formação de cidadãos conscientes, preparados para lidar com desafios econômicos e tributários, e aptos contribuir para uma sociedade mais justa e equilibrada.

REFERÊNCIAS

GAMA, Clairton K. **Imposto de Renda: modelo atual e perspectivas para a reforma tributária**. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. (Coleção Universidade Católica de Brasília). ISBN 9786556278841. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTOS, Ana Clara Gonçalves dos; MATTOS, Samara Cristina de; ROSÁRIO, Thamirys Gabriele dos Santos et al. **Educação financeira e imposto de renda: benefícios sociais e penalidades pela não declaração**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 928–944, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i1.17818. Acesso em: 27 abr. 2025.

SANTOS, Bárbara Bezerra dos; BORGES, Camilla Miranda; DINIZ, Murillo Antônio de Oliveira et al. **Imposto de renda – como a falta da educação**



financeira reflete na entrega das declarações. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Contabilidade) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Escola Técnica Prof. Idio Zucchi, Bebedouro, 2022. Acesso em: 26 abr. 2025.

SANTOS, Jean Carlos Almeida dos. **Educação financeira no âmbito escolar: um estudo de revisão integrativa.** 2023. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVEIRA, Bernardo Pinto; LOPES, João Cleber de Souza. **Aplicação da contabilidade na gestão financeira de pessoas físicas.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário da Região da Campanha, 2022.

URCAMP. **Questionário sobre educação financeira e IRPF.** Google Forms, 2025. Acesso em: 17 jun. 2025.